

## Nota Curricular

Aquilino Paulo da Silva Antunes, natural de Alcabideche, Cascais, 56 anos de idade.

### **Percurso académico**

**Licenciado em Direito** (menção Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Julho de 1987 Pós-graduado em Direito da Propriedade Industrial pela mesma faculdade em colaboração com a Associação Portuguesa de Direito Industrial (VII Curso Pós-Graduado sobre Direito da Propriedade Industrial), em Setembro de 2008 Frequência do II Curso de Verão de Propriedade Industrial, em Julho de 2009.

Frequência do *O'Neill Institute Summer Program on Global Health Law and Governance*, no *Georgetown University Law Center*, em Junho de 2012.

Especializado em Avaliação do Impacto de Leis (Curso Avançado) pela mesma faculdade em colaboração com a Presidência do Conselho de Ministros, em 2011.

**Mestre em Direito** pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na área de ciências jurídico-económicas, em Maio de 2012.

**Doutor em Direito** pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na área de ciências jurídico-económicas, desde 22 de Novembro de 2019.

### **Percurso profissional**

Iniciou o estágio de advocacia em Novembro de 1987. Iniciou o estágio de advocacia em Novembro de 1987 e tem inscrição definitiva como Advogado na Ordem dos Advogados Portugueses desde 4 de Abril de 1990 (Cédula Profissional n.º 8570-L). Exerce advocacia como profissional liberal, desde Abril de 1988 a esta parte, em escritório próprio, sito desde 2001 na Rua da Escola Secundária de Carcavelos, n.º 60, Atelier, Sasseiros, 2775-673 Carcavelos.

De 1 de Agosto de 1988 a 31 de Dezembro de 2010, colaborou como jurista com a Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

De Agosto de 1991 a 31 de Dezembro de 2009, foi assessor jurídico do Superintendente dos Serviços do Pessoal da Armada.

De Maio de 2000 a Agosto de 2008 e de 24 de Fevereiro de 2010 a 10 de Julho de 2014, foi responsável pelo Gabinete Jurídico e de Contencioso do INFARMED.

De 13 de Outubro de 2014 a esta parte, é responsável pelo Gabinete Jurídico da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P

O signatário tem participado nalguns cursos, congressos e seminários como prelector/orador convidado.

### **Trabalhos publicados**

- “A taxa sobre a comercialização de produtos cosméticos e de higiene corporal: questões de igualdade, liberdade de circulação de mercadorias e não discriminação”, *in Revista do Instituto de Direito Brasileiro*, Ano 1, n.º 6 de 2012;
- “O Acordo ADPIC/TRIPS no Direito Português: A Perspectiva do Acesso a Medicamentos e da Saúde Pública”, *in Direito Industrial*, Volume VIII, APDI, Coimbra, Almedina, 2012;
- “Com um regime geral por horizonte: Contributo para a definição do parâmetro de igualdade e da base de cálculo das “demais contribuições financeiras a favor das entidades públicas””, Tese de Mestrado consultável em [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/19971/1/ulfd124179\\_tese.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/19971/1/ulfd124179_tese.pdf);
- “Alguns aspectos da autorização e do acesso ao mercado de medicamentos em Portugal”, *in Revista do Instituto de Direito Brasileiro*, Ano 2, n.º 14 de 2013;
- “A taxa de segurança alimentar ‘mais’”, *in Revista do Instituto de Direito Brasileiro*, Ano 3, n.º 2 de 2014;
- “Medicamentos e direitos de propriedade industrial: Análise da génese e aplicação da Lei n.º 62/2011”, *in Revista do Instituto de Direito Brasileiro*, Ano 3, n.º 3 de 2014;
- “O princípio da eficiência económica como parâmetro de validade material de soluções jurídico-tributárias”, *in Revista do Instituto de Direito Brasileiro*, Ano 3, n.º 4 de 2014;
- “Breves Notas ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2013 Quanto à Contribuição Extraordinária de Solidariedade”, *in E-Pública, Revista Electrónica de Direito Público*, n.º 2, 2014;
- “Reflexões em torno da Contribuição Extraordinária de Solidariedade [2013 e 2014]”, *in Revista do Ministério Público*, 138, Abril-Junho 2014;
- “Riscos associados a medicamentos: a garantia da segurança”, *in Direito(s) dos Riscos Tecnológicos*, Carla Amado Gomes (coord.), AAFDL, 2014;

- “Reprocessamento de Dispositivos Médicos de Uso Único: Dever e Consequências da Notificação de Incidentes pelos Profissionais de Saúde”, in *Lex Medicinæ*, Ano 10, n.º 20, Julho-Dezembro 2013 (edição 2015), Centro de Direito Biomédico;
- "O Tribunal Unificado de Patentes: alguns problemas do acesso a medicamentos em Portugal" in *Estudos de Direito Intelectual em homenagem ao Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão. 50 anos de vida universitária*, Associação Portuguesa de Direito Intelectual e E-Pública, *Revista Electrónica de Direito Público*, n.º 2, 2015;
- “Cuidados de saúde transfronteiriços: reconhecimento das prescrições médicas”, in *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, n.º 26, 2015;
- “Arbitragem necessária sobre medicamentos e propriedade industrial: duas questões em aberto”, in *Arbitragem e Direito Público*, 2015, AAFDL;
- “Arbitragem Necessária de Medicamentos vs. Direitos de Propriedade Industrial e Acesso à Informação – anotação ao Ac. do TCA Sul de 30.4.2015, P. 12046/15”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 114, Novembro/Dezembro de 2015, e in *Revista de Direito Civil*, n.º 1, 2016;
- “Alguns aspectos sobre propriedade intelectual e medicamentos”, in *Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional*, [Jorge Miranda & Carla Amado Gomes (coord.), Bleine Queiroz Caúla & Valter Moura do Carmo (orgs.)], Vol. 5, Rio de Janeiro, *Lumen Juris* Editora e in *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 2 (2016), n.º 6, 193-222;
- “Acesso ao medicamento: o caso da Hepatite C em Portugal”, in *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 2 (2016), n.º 5, 183-223, e in *Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional*, [Jorge Miranda & Carla Amado Gomes (coords.), Bleine Queiroz Caúla, Marco Anthony Stevenson Villas Boas & Valter Moura do Carmo (orgs.)], Vol. 8, Tocantins, Escola Superior da Magistratura Tocantinense, 117-150;
- “Breve análise dos conflitos de interesses na Saúde”, in *O Direito*, Ano 149.º, II, Coimbra, Almedina, 359-402;
- “Novamente os problemas do acesso a medicamentos em Portugal suscitados pelo Tribunal Unificado de Patentes”, in *Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional*, [Jorge Miranda, Carla Amado Gomes & Susana Borràs Pertinat (coords.), Bleine Queiroz Caúla, Júlia Maia de Meneses Coutinho & Rômulo Guilherme Leitão (orgs.)], Vol. 10, Rio de Janeiro, *Lumen Juris* Editora, 169-193;
- “As Taxas Moderadoras no Ante-Projecto de Lei de Bases da Saúde”, in *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 5 (2019), n.º 1, 273-300;

- “Contra uma requisição civil, intimar, intimar: Anotação ao Acórdão do STA de 26 de Fevereiro de 2019, proc. 016/19.3BALS”, com Carla Amado Gomes, in *Revista de Direito Administrativo*, #6, Setembro-Dezembro de 2019, 112-117;
- “Reforma do contencioso administrativo: ganhos e perdas”, in *Comentários à Legislação Processual Tributária*, [Carla Amado Gomes, Joaquim Freitas da Rocha e Tiago Serrão (coords.)], Lisboa, AAFDL, 2019, 111-129;
- “Regulação na justiça: a Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça”, in *Garantia de Direitos e Regulação: Perspectivas de Direito Administrativo*, [Carla Amado Gomes, Ricardo Pedro, Rute Saraiva e Fernanda Maças (coords.)], Lisboa, AAFDL, 2020, 625-643;
- *O Acesso a Medicamentos em Portugal: Uma Análise Jurídico-Económica*, Lisboa, AAFDL, 2020;
- “As Taxas Moderadoras e a Lei de Bases da Saúde”, in *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 6 (2020), n.º 1, 327-362;
- “Ensaio Clínicos, Protecção dos Participantes e Acesso ao Medicamento. Preocupações Ético-Jurídicas e de Eficiência”, in *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 6 (2020), n.º 1, 401-446;
- “O Mercado Online dos Medicamentos”, in *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 6 (2020), n.º 3, 291-336
- “Uma análise jurídico-económica do critério de discriminação positiva com base na idade no arrendamento urbano”, in *Direito e Direitos dos Idosos*, Carla Amado Gomes e Ana F. Neves (coords.), Lisboa, AAFDL, 2020, 217-252

**No prelo:**

- “Uma vacina para a COVID-19: recompensa por I&D e acesso”, in *Revista do Ministério Público*, Número Especial COVID-19: 2020, 57-93;
- *Contribuições Financeiras, Medicamentos e Dispositivos Médicos*, Lisboa, AAFDL, 2020;
- “O regime excepcional de tramitação e prazos no contencioso e no procedimento administrativo”, in *Direito Administrativo de Necessidade e de Excepção*, Carla Amado Gomes e Ricardo Pedro (coords.), Lisboa, AAFDL, 2020.

**Lisboa, Junho de 2020**